

A DOUTRINA DA PREDESTINAÇÃO

Abdenego da Guia¹

RESUMO

Incontáveis debates sobre a doutrina da predestinação vêm acontecendo ao longo de séculos entre os cristãos das mais variadas vertentes de interpretação da Palavra de Deus, sendo atualmente dois os principais grupos: o que defende a predestinação incondicional, e o outro que, paradoxalmente, defende a predestinação condicional. Todos esses debates são oriundos de uma tentativa de esclarecer sobre se é Deus quem salva algumas pessoas unilateralmente através de sua graça irresistível, ou se Deus interage com o homem em sua salvação.

Palavras-chave: Predestinação, Salvação, Condenação, Livre-Arbítrio, Presciência.

ABSTRACT

Countless debates about the doctrine of predestination have been going on for centuries among Christians of the most varied strands of interpretation of the Word of God, with two main groups nowadays: the one that defends unconditional predestination, and the other that, paradoxically, defends the conditional predestination. All of these debates stem from an attempt to clarify whether it is God who saves some people unilaterally through his irresistible grace, or whether God interacts with man in his salvation.

Keywords: Predestination, Salvation, Condemnation, Free Will, Prescience.

INTRODUÇÃO

João Calvino, o grande precursor da doutrina da predestinação incondicional, nasceu na cidade de Noyon, Picardia, na França, no dia 10 de julho de 1509. Era filho de Geraldo Chauvim e de Joana Lefranc.

Calvino recebeu educação juntamente com os filhos da família nobre de Montmorency, e, aos treze anos de idade, seu pai conseguiu, junto ao bispo, que assumisse o cargo de capelão. Com o salário advindo desse cargo, Calvino conseguiu se sustentar em Paris e bancar seus estudos no colégio de Maturin Cordier, famoso pedagogo, a quem Calvino deve muito.

Porém, aos 24 anos de idade Calvino se desligou totalmente da igreja católica, e foi considerado o maior ícone da Reforma Protestante na França, status este que lhe rendeu muita

¹Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC. Atua profissionalmente como perito contábil extrajudicial e é servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas desde 1985, exercendo atualmente trabalho na Assessoria de Planejamento e Orçamento. É membro da Assembleia de Deus em Maceió/AL, onde atua como professor de EBD da classe dos obreiros, palestrante, músico e escritor. E-mail: abdenegodaguiasantos@gmail.com.

perseguição, forçando-o a fugir de Paris com o escopo de se homiziar nos castelos dos protetores dos reformadores, porém sempre mudando de local de refúgio para não ser alcançado pelos perseguidores, até que finalmente se refugiou em Basileia, na Suíça, onde, aos 25 anos de idade, publicou o seu famoso livro “As Institutas da Religião Cristã” (Instrução Básica na Religião Cristã), escrito em latim, expondo as mais variadas doutrinas, tais como a soberania de Deus no mundo, a eleição por parte de Deus dos seus escolhidos, a justificação pela fé e a predestinação incondicional, exercendo, assim, grande influência no pensamento da humanidade até os dias atuais.

Calvino foi grandemente influenciado pelos conceitos expostos por Agostinho acerca da “predestinação incondicional”. Então, a partir dessa influência, Calvino conceituou a “predestinação incondicional” como sendo o decreto divino em relação aos seres morais – os anjos e os homens, ou seja, que Deus preordena alguns para a vida eterna e outros para a condenação eterna, independente da vontade desses seres, sendo a quantidade dos salvos e condenados prévia e imutavelmente definida desde a eternidade.²

Ainda de acordo com essa doutrina, Deus não exige dos eleitos a prática da fé, das obras ou da perseverança para alcançar a graça divina. E como inevitável consequência desse entendimento, Jesus Cristo veio ao mundo morrer apenas para ratificar a salvação dos que já eram predestinados para esse fim, sendo os demais totalmente fadados ao inferno sem nenhuma escapatória.³ E esses conceitos influenciaram toda a Europa, sendo Charles Haddom Spurgeon um de seus ilustres seguidores.

Jacó Armínio (James Arminius) era um respeitado pastor e professor holandês, cuja formação teológica fora intensamente influenciada pelos princípios calvinistas. E como consequência do seu destaque e prestígio, por ser um profundo estudioso da Bíblia e da teologia, os líderes da igreja de Amsterdam lhe desafiaram a estudar e refutar os argumentos do teólogo Dirck Koornhert, que se opunham a algumas das doutrinas calvinistas, mais precisamente no tocante à predestinação.

Na busca da refutação dos argumentos de Koornhert, Armínio os estudou diligentemente, comparando-os com as escrituras, com a teologia dos primeiros séculos da igreja e com vários dos principais teólogos protestantes de então. Não obstante, como consequência de todo esse estudo, surgiu a predestinação restrita, ou seja, aquela que ocorre através da interação entre o livre-arbítrio humano e a vontade divina.

Destarte, após travar intensas lutas em sua consciência, Armínio admitiu que os argumentos de Koornhert estavam convicentemente bem embasados na Bíblia. Daí por diante, Armínio passou a se contrapor veementemente à doutrina de Calvino sobre a “predestinação incondicional”, bem como a “eleição” e a “segurança eterna do crente em qualquer estado de vida”, sendo essas duas últimas intrinsecamente ligadas lógica e naturalmente à primeira doutrina.

² SILVA, Severino. *A Doutrina da Predestinação*, Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 4ª edição 2000, pp. 16-18.

³ JOINER, Eduardo. *Manual Prático de Teologia*, Rio de Janeiro, RJ: Editora Central Gospel, 11ª Reimpressão outubro 2009, pp. 289,290.

CONCEITO E ETIMOLOGIA DE PREDESTINAÇÃO

João Wesley, o grande pregador e reformador metodista, era adepto de Armínio e definiu a predestinação como sendo o desígnio de Deus de antemão para a salvação dos que Lhe forem obedientes, não sem conhecer antecipadamente todas as obras deles, mas “segundo sua presciência” dessas obras, desde a fundação do mundo.

A doutrina da predestinação passou a ser alvo do interesse de muitas pessoas ao longo dos séculos, desde o princípio do cristianismo. Na igreja ortodoxa, por exemplo, o termo sofreu uma grande influência dos argumentos calvinistas, pelo fato de ter sido João Calvino quem elaborou essa doutrina de forma minudente e sistêmica.

Não obstante a doutrina da predestinação ser encontrada na Bíblia, deve ser tratada com abissal prudência e responsabilidade, para não se adentrar nos perigosos conceitos do determinismo e fatalismo filosóficos.

Analisando a palavra predestinação tão somente do ponto de vista literário, tem o significado de “destinar com antecipação; escolher desde toda a eternidade; destinar a grandes feitos; reservar”.

Entrementes, essa mesma palavra do ponto de vista doutrinário passa a ter um caráter de profundo significado e incomensurável alcance, sendo oriunda da palavra grega “*proordzo*”, que significa literalmente “assinalar de antemão”. A palavra grega “*proordzo*” com o sentido de predestinação aparece seis vezes no Novo Testamento: “ordenou antes” (1 Co 2.7); “anteriormente determinado” (At 4.28) e “predestinar” (Rm 8.28,30; Ef 1.5,11).

Do ponto de vista essencialmente bíblico, a doutrina da predestinação condicional sempre faz referência ao meio da salvação e não ao destino eterno de cada ser humano. É de bom alvitre salientar que, no contexto da promessa divina, a predestinação sempre envolve toda igreja e não indivíduos; e quando faz referência a uma eleição individual ou pessoal, é no sentido de uma chamada diretiva de Deus para um serviço previamente designado visando ao engrandecimento do Seu reino.

Por exemplo, Deus escolheu individualmente Abraão para ser o pai de uma grande nação (Gn 12.1ss; Ne 9.7); também escolheu individualmente Arão para que fosse sacerdote (Ex 28.1; Sl 105.26); e Moisés como libertador (Sl 106.23); e Davi como rei de Israel (1 Rs 8.16); e Salomão para ser o sucessor de Davi, seu pai (1 Cr 28.5); e Isaías e Jeremias como profetas (Is 49.1-6; Jr 1.5); e João Batista como profeta do altíssimo (Lc 1.76); e Pedro como pregador do evangelho (At 15.7); e Jesus para ser o salvador do mundo (Is 42.1 e Mt 12.18) e mais tantos outros.

Por outro lado, quando a Bíblia faz referência à predestinação em um sentido coletivo, a faz de forma pluralizada e inominada (Rm 8.29,30; Ef 1.5,11). Observe-se que, tanto nestas passagens bíblicas ora descritas quanto em outras que se reportam à predestinação, eleição ou decreto, fica evidente que o grande objetivo de Deus na predestinação é a chamada dos crentes dentro do tempo, cuja consequência é a transformação destes na imagem de Cristo, tanto do ponto de vista moral, no que se refere à sua participação na santidade de Deus, assim como Jesus dela participa, quanto do ponto de vista metafísico, se referindo à natureza essencial de Cristo.

Em outras palavras, apesar de a vontade diretiva de Deus ser sempre a predestinação da raça humana para a vida, para a transformação segundo a imagem de Cristo e para a santidade,

isso não significa, em contrapartida, que Ele predestinou alguns para a condenação, sem antes lhes dar uma oportunidade para optar pela salvação, como alguns teólogos da linha calvinista mais radical têm defendido. Tanto é verdade que o próprio Jesus lamentou o fato de o povo de Jerusalém O ter deliberadamente rejeitado, apesar de Ele (Jesus) ter desejado que esse povo fosse alcançado pela Sua graça (Mt 23.37); ou seja, o povo é que usou seu livre-arbítrio para rejeitá-Lo e não Jesus que o rejeitou (ver também Jo 5.40; Ez 18.23,32).⁴

Por isso, é totalmente ilógico e inaceitável afirmar que todo o sacrifício expiatório de Cristo visava alcançar tão somente um punhado de pessoas, enquanto as demais, que são a maioria e vieram ao mundo sem o direito de escolha, são predestinadas por Deus à condenação do fogo do inferno (Jo 3.16; At 10.34,35).

Esse entendimento é totalmente pernicioso, pois se Deus fosse o mentor das ações pecaminosas dos seres humanos, fatalmente seria o autor do pecado, e o pecado seria algo dentro da vontade de Deus e, conseqüentemente, quem o praticasse estaria Lhe obedecendo e não mereceria castigo, mas, ao contrário, mereceria recompensa.

Ademais, se assim fosse, além de ser jogada por terra toda distinção entre justiça e injustiça, pecado e santidade, virtude e vício, transformaria o Deus justo em injusto, pois obrigaria muitos a pecar, para justificar a condenação destes ao fogo do inferno por sua própria vontade. Seria um Deus um tanto incoerente com o que deixou escrito em Sua própria palavra (Dt 30.19; Ez 33.13-19; Sl 5.4; Tg 1.13,14).⁵

Da leitura atenta de Romanos 8.29, conclui-se que “conhecer de antemão” corresponde a “amar de antemão” e é usado no sentido de “ter como objeto de estima afetiva” e “optar por amar desde a eternidade” (Ex 2.25; Sl 1.6; Os 13.5; 1 Co 8.3; Gl 4.9; 1 Jo 3.1). A presciência de Deus, neste versículo, significa que Ele intentou, desde a eternidade, amar e redimir todas as pessoas, enviando Seu filho Jesus Cristo ao mundo (Rm 5.8; Jo 3.16).⁶ Por isso, é mais lógico afirmar que a presciência divina e o livre-arbítrio são totalmente compatíveis entre si, e aquela não invalida este.⁷

Na realidade, Deus predestina os eleitos a serem chamados (Rm 8.30), justificados (Rm 3.24 e 8.30), glorificados (Rm 8.30), conformados à imagem de Cristo (Rm 8.29), santos e irrepreensíveis (Ef 1.4), adotados como filhos (Ef 1.5), redimidos (Ef 1.7), detentores do direito de uma herança (Ef 1.14), para o louvor da sua glória (Ef 1.12), selados com o Espírito Santo (Ef 1.13), criados em Cristo Jesus para as boas obras (Ef 2.10).⁸

A bem da verdade, nenhum texto bíblico afirma que Deus predestina alguém para a perdição eterna. A condenação é uma imposição divina àqueles que deliberadamente rejeitam a Cristo como Senhor e Salvador (Jo 3.18-21).⁹

Ao ler atentamente Romanos 9.7-13, percebe-se com cristalina nitidez que as pessoas que o apóstolo Paulo elencou são as que Deus elegeu para executar tarefas indispensáveis à

⁴ SILVA, 2000, pp. 12-14, 19,25,26,32,33,35.

⁵ JOINER, 2009, pp. 293,294.

⁶ STAMPS, Donald. *Bíblia de Estudo PENTECOSTAL*, Rio de Janeiro: CPAD, 1ª edição 1995, p. 1713.

⁷ ARRINGTON, French. *Comentário Bíblico PENTECOSTAL NOVO TESTAMENTO*, Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 1ª edição 2003, p. 875.

⁸ STAMPS, 1995, p. 1809.

⁹ WIERSBE, Warren. *Comentário Bíblico Expositivo: Novo Testamento 1*, Volume 5, Santo André, SP: Geográfica Editora, 1ª edição maio de 2006, p. 705.

implantação da Sua vontade específica. Observe que o texto não faz referência alguma ao destino eterno de cada personagem ali relacionado, mas, sim, à importância histórica individual.¹⁰

Ainda é oportuno notar que, até mesmo no trecho bíblico mais contundente sobre o que se poderia deduzir que Deus ratifica a predestinação incondicional na Bíblia (Rm 9.15), na realidade expõe a vontade divina que sempre visa ao lado positivo, ou seja, ao da compaixão, servindo como meio de misericórdia, ao invés de visar ao lado negativo, servindo como agente de condenação.¹¹

Além do mais, analisando o texto de Romanos 9.11-15 juntamente com o relatado em Gênesis, conclui-se que não se trata da eleição individual de Jacó para a vida eterna, tampouco a de Esaú para a condenação eterna, haja vista Gênesis não fazer referência aos dois como indivíduos, mas como duas nações ou dois povos (israelitas e edomitas, respectivamente - Gn 25.23). Assim sendo, a referência é à escolha da descendência de Jacó, através da qual iria nascer Jesus.

Malaquias 1.1-3 também é citado por Paulo e essa passagem se refere às bênçãos temporais que Deus prometera à nação dos israelitas, bem como o castigo aos edomitas, e não à eleição pessoal de Jacó e à rejeição individual de Esaú.

Romanos 9.17-24 é outro texto que os calvinistas usam para defender a predestinação. É que eles entendem que Faraó aqui representa a pessoa previamente condenada ao castigo eterno. Mas o que esse texto quer dizer é que Deus se utilizou da insistente intransigência de Faraó como meio de anúncio do Seu poder em toda a terra, quando da libertação dos israelitas da escravidão no Egito, quebrando, definitivamente, todo tipo de relacionamento até então existente entre os dois povos, e não para condenação eterna de Faraó (Is 43.13).¹²

Ademais, como Faraó vilipendiou acintosa e arrogantemente o Deus dos hebreus, ou seja, usou o seu livre-arbítrio para esta afronta (Ex 5.2), o apóstolo Paulo o considerou como um daqueles que estão inseridos no rol dos vasos da ira (Rm 9.22). Mas isto não quer dizer que foi Deus quem transformou Faraó em um vaso de ira, mas que as suas próprias ações reprováveis assim o credenciaram, pois Deus só prepara os homens para a glória (Rm 9.23). Cabe ressaltar que Deus, ao suportar pacientemente toda esta insistente dureza do coração de um tirano como Faraó, demonstrou uma abissal tolerância, por causa de Sua longanimidade (2 Pe 3.9), dando-lhe várias oportunidades para que deixasse os hebreus saírem do Egito, para que fosse evitada, dessa forma, a mortandade dos primogênitos de cada família egípcia bem como dos animais (Ex 12.12). Mas ao invés de obedecer, Faraó voltava atrás em sua promessa de libertação do povo israelita, cada vez que Deus sustava as pragas iniciais.

Outro detalhe que deve ser destacado é que Deus, em sua presciência, já sabia que Faraó iria negar a saída dos israelitas do Egito, fato este antecipadamente notificado a Moisés (Ex 3.19). Não obstante Deus ter dito a Moisés que endureceria o coração de Faraó (Ex 4.21; 7.3), só o concretizou após a insistente desobediência deste. Observe que primeiro Faraó, motivado pela deliberação de sua própria vontade e livre-arbítrio, endureceu o seu coração (Ex 5.2; 7.13,14,22; 8.15,19,32; 9.7); e só depois disto foi que Deus começou a provocar esse endurecimento (Ex

¹⁰ ARRINGTON, 2003, p. 878/879.

¹¹ SILVA, 2000, p. 33.

¹² JOINER, 2009, pp. 296-299.

9.12; 10.1; 11.10). Ou seja, Deus apenas reagiu a essa ação malévola da parte de Faraó (2 Sm 22.26,27).¹³

Ao reagir à reiterada desobediência de Faraó, endurecendo-lhe o coração, na realidade Deus estava fazendo cumprir um princípio que Ele impõe a quem é impenitente: quando uma pessoa não se arrepende dos seus insistentes atos de desobediência, Deus a entrega à própria sorte, endurecendo-lhe o coração (Rm 9.18). Quando isso acontece, Deus entrega essa pessoa às concupiscências do seu coração (Rm 1.24), em respeito ao seu livre-arbítrio (Ec 11.9), impondo-lhe as devidas consequências advindas dos seus atos (Ec 11.9; Gl 6.7).¹⁴

No projeto original da criação, Deus tentou estabelecer uma comunhão perfeita com o homem, como num relacionamento entre o pai e o filho (Gn 1.26; At 17.28). Porém, como o homem pecou, essa comunhão ficou rompida, mas pela graça em Cristo e através dEle, a restauração se tornou possível a todos os homens, desde que deliberadamente queiram, e não apenas a alguns (Jo 1.11,12a, At 17.30; Mt 7.24; 10.32; 11.28; Mc 16.15; Lc 3.6; 9.23; 13.3; 16.16; Jo 1.7; 3.16; 6.40a; At 2.21; Rm 1.16; 10.13; 1 Tm 2.3,4; 2 Pe 3.9).¹⁵

Não obstante Deus ter feito o homem, os pecados por este cometidos são de sua total responsabilidade, pelos quais Deus não exerce nenhuma influência (Lm 3.39). E por causa dessa escolha deliberada pelo pecado, Deus convida o homem ao arrependimento, oferecendo-lhe perdão e vida nova e abundante através de Seu filho Jesus Cristo (Jo 10.10b; At 17.30,31). Porém, se o homem usar o seu livre-arbítrio para rejeitar essa oferta divina, arcará com as inevitáveis consequências (Gl 6.7).

Deus criou o homem para que existisse um relacionamento interativo entre ambos, e não um relacionamento automatizado, mecânico. Veja que até na salvação Deus interage com o homem. Ou seja, enquanto Deus age derramando do céu a sua graça, o homem age ativa, voluntária e opcionalmente através da fé (Ef 2.8,9), nascendo, nesse ponto de interseção, uma nova criatura (2 Co 5.17). E só será efetivamente considerado salvo aquele que, direcionado pelo seu livre-arbítrio, sinceramente receber Jesus Cristo como Senhor e Salvador de sua vida, através da ação convencedora do Espírito Santo (Jo 1.12; 16.8; Rm 10.9,10).

Uma coisa é certa: que Deus “é paciente com vocês, não querendo que ninguém pereça, mas que todos cheguem ao arrependimento” (2 Pe 3.9), o que significa que o interesse único de Deus é que todos sejam salvos, não obstante a decisão final ficar à mercê exclusivamente do homem (Dt 30.19).¹⁶

Outra vertente da doutrina da predestinação incondicional, defendida por Calvino, ensina que uma vez salvo, salvo para sempre. Entretanto, de acordo com o conteúdo bíblico, uma pessoa salva pode vir, sim, a se desviar; e para comprovar isso, a Bíblia nos mostra uma farta quantidade de passagens a respeito (Ex 32.33; Sl 69.28; Ez 18.4,24,26; Mt 18.15-17; Mt 24.13; Gl 1.6; 3.1,3; 5.4; 1 Tm 1.18-20; 3.6,7; 4.1; 5.11,12,15; 6.10,21; 2 Tm 2.12,17; 4.4,10; Tt 1.14; Hb 2.1; 3.12; 4.1,11; 6.4-6; 10.25-27,32,35,38; 12.3,13,16,17,25; 2 Pe 2.1,15,20-22; 1 Jo 5.16; Jd v. 24; Ap 3.1,2,11).

¹³ ARCHER, Gleason. *Enciclopédia de Dificuldades Bíblicas*, São Paulo: Editora Vida, 1997, pp. 419-421.

¹⁴ STAMPS, 1995, pp. 124,125.

¹⁵ SILVA, 2000, pp. 37,38,60,61.

¹⁶ ARCHER, 1997, pp. 422-424.

Como se pode claramente perceber, estas passagens bíblicas não só comprovam um possível deslize na fé de um salvo, como também ensina que o salvo deve perseverar até o fim na fé dos santos para que, assim fazendo, alcance o seu grande objetivo final, que é a consolidação da sua salvação (1 Pe 1.9).

Apesar de Calvino e tantos outros ensinadores terem entendido como bíblica a doutrina da predestinação incondicional, na realidade a Bíblia ensina que o crente para consolidar definitivamente sua salvação, deve permanecer até o fim. Destarte, é totalmente descabido o entendimento de uma garantia de salvação permanente, independente da vontade pessoal (Mt 10.22; Jo 8.31; 15.1-6).

CONCLUSÃO

Jesus ordenou aos seus seguidores vigiarem (Mt 24.42; Mc 13.33), pois com a tentação vem o perigo de se desviarem (Lc 8.13). Porém, se estiverem vigiando e orando, receberão a força necessária para vencer a concupiscência da carne (Mt 26.41), e encontrarão o escape desejado (1 Co 10.13), alcançando, assim, a vitória nessa batalha.

Jesus orientou a igreja em Filadélfia para que guardasse o que havia recebido (Ap 3.11b). Ele não disse que a salvação já estava permanentemente garantida e sem a possibilidade de perdê-la.

Há muitas referências bíblicas em que aparecem a palavra “permanecer”, sendo várias delas num contexto em que os apóstolos sempre aconselhavam os crentes a permanecer na fé (At 14.22; 1 Ts 3.2-5) e na graça (At 11.23; 13.43), exortando-os a não se privarem da graça de Deus (Hb 12.15). Os que não obedecerem a essa determinação podem cair da graça (Gl 5.4). Dizer que uma vez estando na graça jamais sairá dessa condição, é o mesmo que converter em dissolução a graça de Deus (Jd 4), assumindo o risco de receber a graça de Deus em vão (2 Co 6.1).

O ato de ser um crente salvo hoje não é condição garantidora de imutabilidade amanhã, mas depende da sua fidelidade perseverante no Senhor (Mt 10.22b; 1 Co 10.12). A epístola aos Hebreus traz uma severa advertência aos judeus que corriam sério risco de apostatar da fé (Hb 4.11), e os orientou a não entrarem no grupo daqueles que se retiram para perdição, mas a permanecerem com os que creem para a conservação da alma (Hb 10.39).¹⁷

Destarte, conclui-se que a Bíblia, ao invés de assegurar aos crentes uma salvação irreversível, sem nenhuma responsabilidade pessoal, como se fossem marionetes nas mãos de Deus, exorta-os a permanecerem na benignidade de Deus, para não serem cortados, como o foram os israelitas que desobedeceram às ordens divinas (Rm 11.20,21; 2 Co 13.5).

REFERÊNCIAS:

SILVA, Severino. *A Doutrina da Predestinação*, Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 4ª edição 2000.

¹⁷ SILVA, 2000, pp. 22-24,65,66.

JOINER, Eduardo. *Manual Prático de Teologia*, Rio de Janeiro, RJ: Editora Central Gospel, 11ª Reimpressão outubro 2009.

STAMPS, Donald. *Bíblia de Estudo PENTECOSTAL*, Rio de Janeiro: CPAD, 1ª edição 1995.

ARRINGTON, French. *Comentário Bíblico PENTECOSTAL NOVO TESTAMENTO*, Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 1ª edição 2003.

WIERSBE, Warren. *Comentário Bíblico Expositivo: Novo Testamento 1*, Volume 5, Santo André, SP: Geográfica Editora, 1ª edição maio de 2006.

ARCHER, Gleason. *Enciclopédia de Dificuldades Bíblicas*, São Paulo: Editora Vida, 1997.